

LEI Nº 526 DE 24 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINGO D'ÁGUA-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado de Minas Gerais e em consonância com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Disposições Preliminares

Art.1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

01.613.204/0001-60

adm@pingodagua.mg.gov.br

Av. Deputado Raimundo Albergaria, 100, Pingo D'Água – MG – CEP: 35.348-000

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular;

XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2022 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º O projeto de lei orçamentária para 2022 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º O projeto de lei orçamentária para 2022 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º. Excepcionalmente, por ser o primeiro ano da administração 2021/2024, considerando que o Plano Plurianual será elaborado até 30 de Agosto de 2021, o anexo de metas e prioridades será apresentado no mesmo período, como uma lei aditiva.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e

15

01.613.204/0001-60

adm@pingodagua.mg.gov.br

Av. Deputado Raimundo Albergaria, 100, Pingod'Água – MG – CEP: 35.348-000

da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

Art. 4º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos e órgãos.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de: I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964; III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao art. 60 do ADCT;


IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.


15

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2022, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2021, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

 Art. 8º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. O Poder Legislativo encaminhará ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

 Art. 9º O Poder Legislativo encaminhará ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, até 10 de setembro de 2021, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11 A lei orçamentária discriminará nos órgãos da administração direta dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição da República.

§ 1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da

Procuradoria do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12 A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 13 Na lei orçamentária para o exercício de 2022, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14 A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15 A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

17

Art. 16 A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1% (Um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2022, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17 Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2022 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18 Se durante o exercício de 2022 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

13

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 19 A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20 A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

17
01.613.204/0001-60

adm@pingodagua.mg.gov.br

Av. Deputado Raimundo Albergaria, 100, Pingod'Água – MG – CEP: 35.348-000

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21 O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2022.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

17

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2022 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 24 Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2022 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2024, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25 As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei; b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa. II – para redução das despesas:

a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

17

Art. 26 Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais; II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida; IV – as despesas com PASEP; V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais; VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27 O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos

17

na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A lei orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuam para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada; III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar: plano de aplicação de recursos; declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2021 por, no mínimo, uma autoridade local; comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria; certidão negativa de débito junto à fazenda municipal, estadual e federal; e de regularidade junto ao INSS, FGTS e trabalhista e

17
01.613.204/0001-60

adm@pingodagua.mg.gov.br

Av. Deputado Raimundo Albergaria, 100, Pingod'Água – MG – CEP: 35.348-000

prestação de contas regular das parcelas recebidas anteriormente.

Art. 30 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33 As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34 As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de instrumento de parceria, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la e no que couber, também da Lei Federal 13.019/2014.

§ 1º Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de instrumento de parceria ou instrumento de parceria com

entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35 É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36 A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art 37 É permitida a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

17

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 38 O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2021, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022;

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de que trata o caput deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39 Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2022 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022-2025 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

15

01.613.204/0001-60

adm@pingodagua.mg.gov.br

Av. Deputado Raimundo Albergaria, 100, Pingod'Água – MG – CEP: 35.348-000

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2022, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2021.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40 Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41 O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2022, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42 Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2022, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

17

Art. 43 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 3º, desta Lei.

§ 1º As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, por meio de decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

§ 3º Poderá também transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 44 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos propostos de dotações.

Art. 45 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

17

Art. 46 O Poder Executivo encaminhará mensalmente à Câmara Municipal os decretos utilizados para abertura de créditos adicionais baseados na Lei Orçamentária e leis específicas.

Art. 47 O Poder Executivo ajustará, caso necessário, os valores dos quadros e anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 aos valores atualizados da Lei Orçamentária Anual, caso haja necessidade de ajustes nos quadros da Lei de Diretrizes Orçamentárias, passando ao prevalecer os quadros atualizados em consonância com os quadros da Lei Orçamentária Anual.

Art 48 O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 49 Se o projeto de lei orçamentária de 2022 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2021, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida; IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 50 Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 51 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52 Revogam-se as disposições em contrário.

Pingo D'Água, 24 de maio de 2021.


Luiz Paulo Coelho
Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins nos termos do art. 97 da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Pingo - d'Água/MG.

Em: 24/05/2021


Abelar Carlos da Silva
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

ANEXO DE METAS FISCAIS



MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS
2022

Valores em R\$1,00

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	VALOR CORRENTE (a)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (b)	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE (c)	VALOR CONSTANTE	% PIB *
Receita Total	28.000.000,00	27.045.300,88	0,00	28.910.000,00	27.045.300,88	0,00	29.849.000,00	27.044.779,90	0,00
Receitas Primárias (I)	27.754.900,00	26.808.557,91	0,00	28.848.100,00	26.800.293,47	0,00	29.587.100,00	26.807.484,58	0,00
Despesa Total	28.000.000,00	27.045.300,88	0,00	28.910.000,00	27.045.300,88	0,00	29.849.000,00	27.044.779,90	0,00
Despesas Primárias (II)	27.905.000,00	26.953.540,04	0,00	28.810.000,00	26.951.750,89	0,00	29.749.000,00	26.954.174,59	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-150.100,00	-144.982,13	0,00	-161.900,00	-151.457,43	0,00	-161.900,00	-146.690,00	0,00
Resultado Nominal	-300.000,00	-289.771,08	0,00	-200.000,00	-187.099,97	0,00	-100.000,00	-90.605,31	0,00
Dívida Pública Consolidada	30.000,00	28.977,11	0,00	30.000,00	28.065,00	0,00	30.000,00	27.181,59	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-875.000,00	-845.165,65	0,00	-1.075.000,00	-1.005.662,35	0,00	-1.175.000,00	-1.064.612,43	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* Valor Corrente / PIB x 100

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - VALORES PREVISTOS (EM REAIS)		
2022	2023	2024
647.134.057.500,00	663.312.408.937,50	683.211.781.205,62

ÍNDICES DE INFLAÇÃO - VALORES PREVISTOS (EM %)		
2022	2023	2024
3,53	3,25	3,25

17

MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2020 - (a)	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2020 - (b)	% PIB	Valores em R\$1,00	
					VARIÇÃO	
					(c) = (b - a)	% (c / a) * 100
Receita Total	27.300.000,00	0,00	20.431.246,80	0,00	-6.868.753,20	-25,16
Receitas Primárias (I)	27.047.200,00	0,00	19.683.407,49	0,00	-7.363.792,51	-27,23
Despesa Total	27.300.000,00	0,00	19.976.869,11	0,00	-7.323.130,89	-26,82
Despesas Primárias (II)	27.218.000,00	0,00	19.923.412,32	0,00	-7.294.587,68	-26,80
Resultado Primário (III) = (I - II)	-170.800,00	0,00	-240.004,83	0,00	-69.204,83	40,52
Resultado Nominal	-310.000,00	0,00	-502.404,29	0,00	-192.404,29	62,07
Dívida Pública Consolidada	40.000,00	0,00	0,00	0,00	-40.000,00	-100,00
Dívida Consolidada Líquida	-365.000,00	0,00	-3.229.619,28	0,00	-2.864.619,28	784,83

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - EXERCÍCIO DE 2020 (EM REAIS)	
VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
617.013.450.471,88	641.083.100.000,00

17



MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II)

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2019	2020	%	2021	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	28.701.000,00	27.300.000,00	-4,88	30.188.100,00	28.000.000,00	-7,25	28.910.000,00	3,25	29.849.000,00	3,25
Receitas Primárias (I)	28.527.200,00	27.047.200,00	-5,19	29.957.300,00	27.754.900,00	-7,35	28.648.100,00	3,22	29.587.100,00	3,28
Despesa Total	28.701.000,00	27.300.000,00	-4,88	30.188.100,00	28.000.000,00	-7,25	28.910.000,00	3,25	29.849.000,00	3,25
Despesas Primárias (II)	28.619.000,00	27.218.000,00	-4,90	30.106.100,00	27.905.000,00	-7,31	28.810.000,00	3,24	29.749.000,00	3,26
Resultado Primário (III) = (I - II)	-91.800,00	-170.800,00	86,06	-148.800,00	-150.100,00	0,87	-161.900,00	7,86	-161.900,00	0,00
Resultado Nominal	-97.000,00	-310.000,00	219,59	-210.000,00	-300.000,00	42,86	-200.000,00	-33,33	-100.000,00	-50,00
Dívida Pública Consolidada	50.000,00	40.000,00	-20,00	30.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-55.000,00	-365.000,00	563,64	-575.000,00	-875.000,00	52,17	-1.075.000,00	22,86	-1.175.000,00	9,30

Valores a Preços Constantes

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2019	2020	%	2021	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	31.453.202,03	28.624.050,00	-8,99	30.188.100,00	27.045.300,88	-10,41	27.045.300,88	0,00	27.044.779,90	0,00
Receitas Primárias (I)	31.262.735,97	28.358.989,20	-9,29	29.957.300,00	26.808.557,91	-10,51	26.808.293,47	-0,03	26.807.484,58	0,03
Despesa Total	31.453.202,03	28.624.050,00	-8,99	30.188.100,00	27.045.300,88	-10,41	27.045.300,88	0,00	27.044.779,90	0,00
Despesas Primárias (II)	31.363.338,87	28.538.073,00	-9,01	30.106.100,00	26.953.540,04	-10,47	26.951.750,89	-0,01	26.954.174,59	0,01
Resultado Primário (III) = (I - II)	-100.602,90	-179.083,80	78,01	-148.800,00	-144.982,13	-2,57	-151.457,43	4,47	-146.690,00	-3,15
Resultado Nominal	-106.301,54	-325.035,00	205,77	-210.000,00	-289.771,08	37,99	-187.099,97	-35,43	-90.605,31	-51,57
Dívida Pública Consolidada	54.794,61	41.940,00	-23,46	30.000,00	28.977,11	-3,41	28.065,00	-3,15	27.181,59	-3,15
Dívida Consolidada Líquida	-60.274,07	-382.702,50	534,94	-575.000,00	-845.165,65	46,99	-1.005.662,35	18,99	-1.064.612,43	5,86

Índices de Inflação (em %)

ESPECIFICAÇÃO	ÍNDICES DE INFLAÇÃO (EM %)			
	2019	2020	2021	2022
3,75	4,52	4,85	3,53	3,25
				2024
				3,25

17



MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art . 4º, § 2º, inciso III)

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio / Capital	15.854.435,18	100,00	15.984.788,16	100,00	11.617.429,98	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.854.435,18	100,00	15.984.788,16	100,00	11.617.429,98	100,00

17



MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III)

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	673.800,00	204.000,00	0,00
Alienação de bens Móveis	673.800,00	204.000,00	0,00
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	661.316,41	208.851,04	0,00
Despesas de Capital	661.316,41	208.851,04	0,00
Investimentos	661.316,41	208.851,04	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2020 (g) = (Ia - II d + III h)	2019 (h) = (Ib - II e + III i)	2018 (I) = (Ic - II f)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (III)	821,31	5.672,35	5.672,35
VALOR (IV) = (I - II + III)	13.304,90	821,31	5.672,35

17

MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO B - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo B (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'ÁGUA

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE PINGO D'ÁGUA

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA (I)	
MARGEM BRUTA (III) = (I + II)	0,00
SALDO UTILIZADO (IV)	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC (III - IV)	0,00

17

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

ANEXO (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,00

CAMARA MUNICIPAL DE PINGO DAGUA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00
TOTAL	0,00		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO DAGUA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor

© MASTER GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA

emitido por ATENDIMENTO DO SISTEMA

versão 1.155

15

MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2022

Frustração de Arrecadação	3.060.000,00	Redução das despesas em igual valor, objetivando a manutenção do equilíbrio fiscal.	3.060.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	3.060.000,00		3.060.000,00
TOTAL	3.060.000,00		3.060.000,00

17

**METAS E PRIORIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL**

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO



MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				PREVISTA				PROJETADA				Valores em R\$ 1,00
	2019	2020	%	2021	2022	%	2023	2024	%	2023	2024	%	
RECEITAS CORRENTES (I)	16.416.875,18	19.304.534,26	17,59	22.757.600,00	17,89	24.763.000,00	8,81	25.562.000,00	3,23	26.501.000,00	3,67	26.501.000,00	3,67
Recetta Tributária	440.228,98	484.852,98	10,14	608.100,00	25,42	727.900,00	19,70	747.500,00	2,69	747.500,00	0,00	747.500,00	0,00
Recetta de Impostos	376.027,52	460.539,10	22,47	596.000,00	29,41	715.000,00	19,97	734.000,00	2,66	734.000,00	0,00	734.000,00	0,00
Taxas	64.201,46	24.313,88	-62,13	12.100,00	-50,23	12.900,00	6,61	13.500,00	4,65	13.500,00	0,00	13.500,00	0,00
Recetta de Contribuições	423.263,24	446.696,08	5,54	351.000,00	-21,42	460.000,00	31,05	470.000,00	2,17	470.000,00	0,00	470.000,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	423.263,24	446.696,08	5,54	351.000,00	-21,42	460.000,00	31,05	470.000,00	2,17	470.000,00	0,00	470.000,00	0,00
Recetas Patrimoniais	67.242,84	75.539,31	12,34	61.800,00	-18,19	68.100,00	10,19	73.900,00	8,52	73.900,00	0,00	73.900,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	1.500,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários	67.242,84	74.039,31	10,11	61.800,00	-16,53	68.100,00	10,19	73.900,00	8,52	73.900,00	0,00	73.900,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	67.242,84	74.039,31	10,11	61.800,00	-16,53	68.100,00	10,19	73.900,00	8,52	73.900,00	0,00	73.900,00	0,00
Recetta de Serviços	3.697,33	206,00	-94,43	82.580,00	39.987,38	55.000,00	-33,40	58.100,00	5,64	58.100,00	0,00	58.100,00	0,00
Transferências Correntes	15.386.522,55	18.287.642,99	18,85	21.651.120,00	18,39	23.445.348,00	8,29	24.201.500,00	3,23	25.140.500,00	3,88	25.140.500,00	3,88
Transferências Intergovernamentais	17.584.370,83	20.442.215,46	16,25	24.392.100,00	19,32	26.318.360,00	7,90	27.119.572,00	3,04	28.058.572,00	3,46	28.058.572,00	3,46
Deduções do FUNDEB	-2.197.848,28	-2.154.572,47	-1,97	-2.740.980,00	27,22	-2.873.012,00	4,82	-2.918.072,00	1,57	-2.918.072,00	0,00	-2.918.072,00	0,00
Outras Recetas Correntes	95.920,24	9.596,90	-89,99	3.000,00	-68,74	6.652,00	121,73	11.000,00	65,36	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.077.566,39	1.128.712,54	-45,77	7.430.500,00	559,48	3.237.000,00	-58,44	3.348.000,00	3,43	3.348.000,00	0,00	3.348.000,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	-100,00	5.000,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	-100,00	5.000,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	
Alienação de Ativos	204.000,00	673.800,00	230,29	164.000,00	-75,66	177.000,00	7,93	188.000,00	6,21	188.000,00	0,00	188.000,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	204.000,00	673.800,00	230,29	164.000,00	-75,66	177.000,00	7,93	188.000,00	6,21	188.000,00	0,00	188.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.873.566,39	452.912,54	-75,83	7.261.500,00	1.503,29	3.060.000,00	-57,86	3.160.000,00	3,27	3.160.000,00	0,00	3.160.000,00	0,00
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	
TOTAL (IV) = (I) + (II) - (III)	18.494.441,57	20.431.246,80	10,47	30.188.100,00	47,75	28.000.000,00	-7,25	28.910.000,00	3,25	29.849.000,00	3,25	29.849.000,00	3,25

17



MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'ÁGUA

Receta: IRRF do Trabalho - Principal

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: IRRF Outros Rendimentos - Principal

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: IPTU - Imp Prop. Predial Territ Urbana-Principal

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: IPTU - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: IPTU - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: ITBI - Principal

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: ITBI - Multas e Juros

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

Receta: ITBI - Dívida Ativa

DESCRIÇÃO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

15



MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recarga: ITBI - Multas e Juros da Dívida Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: ISSQN - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: ISSQN - Multas e Juros	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: ISSQN - Dívida Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: ISSQN - Multas e Juros da Dívida Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: Taxa Fisc. Instalação - TFI - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: Taxa Fisc. Instalação - TFI - Multas e Juros	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: Taxa Fisc. Instalação - TFI - Dívida Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recarga: Taxa Fisc. Inst. TFI - Multas/Juros Div. Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	

17

MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receta: Taxa Fisc. Funcionamento TFF - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Taxa Fisc. Funcionamento TFF - Multas e Juros	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Taxa Fisc. Funcionamento TFF - Dívida Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Taxa Fisc. Funcionam TFF - Multas Juros Div. Ativa	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Cont. pl Custeio Serv. Ilumin. Publica - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Remun. Dep. Bancarios Outros Rec. Nao Vinculados	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FUNDEB	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - ENSINO	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receta: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - SAUDE	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	

15



MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recetta: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - CIDE	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FNAS	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc CONV. SAUDE	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc. BLATB	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc. FININV	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc. FES	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc. CONVAS	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc. ILUM.PUBLICA	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Recetta Rem. Dep. Bancarios Rec. Vinc. CONVED	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	

17

MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. CONV. OUTROS

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. FEAS

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. FNDE

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. ALIENACAO

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. QESE

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. PNAE

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. PNTE

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Recelta Rem. Dep. Bancarios Rec.Vinc. PDDE

Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.

DESCRIÇÃO

Recelta: Outros Servicos - Principal

Projeção para o triênio 2022, 2023 e 2024.

DESCRIÇÃO

17

MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recetta: Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Cota-Parte do FPM 1% Cota Dezembro - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Cota-Parte do FPM 1% Cota Julho - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Cota-Parte do ITR - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Cota-Parte do FEP - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Transf. SUS - Bloco Manut - Atencao Primaria	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Transf. SUS - Bloco Manut - Atencao Especializada	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Transf. SUS - Bloco Manut - Vigilancia em Saude	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Transf. SUS - Bloco Manut - Outros Recursos	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	

17



MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recetta: Transferencias do Salario-Educacao - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Transf Diretas do FNDE ref ao PDDE - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Transf Diretas do FNDE ref ao PNAE - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Transf Diretas do FNDE ref ao PNATE - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Outras Transferencias Diretas do FNDE - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Transf Conv Uniao Dest Prog de Educacao- Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Transf Rec. Fundo Nac. Assesl. Social FNAS-Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Cota-Parte do ICMS - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	
Recetta: Cota-Parte do IPVA - Principal	DESCRICOAO
Projecao de receitas para o trienio, com base media arrecadacao dos ultimos tres anos.	

17



MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Receita: Cota-Parte do IPTU - Municípios - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Cota-Parte da CIDE - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Outras Transf. Recursos Estado Programas Saúde	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Transf. Estados Dest. Assist. Social-Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Transf Conv dos Est Dest Prog Educacao-Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Transf. Rac. Prog. Transportes Escolar - PTE	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Transferencias de Recursos do FUNDEB - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Multas Prev em Legislaçao Especifica - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Receita: Outras Receitas - Financeiras - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	

17



MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recetta: Alienação de Veículos	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Alienação de Móveis e Utensílios	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Alienação de Outros Bens Móveis	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base média arrecadação dos últimos três anos.	
Recetta: Transf. SUS - Bloco Estrut. - Atenção Primária	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto a União.	
Recetta: Transf. Convênio da União para o SUS - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto a União.	
Recetta: Transf. Conv. União dest. Prog. Educ. - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto a União.	
Recetta: Transferências de Convênios da União destinadas a	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto a União.	
Recetta: Transf. Conv. dos Estados para SUS - Principal	DESCRIÇÃO
Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto ao Estado.	

17



MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Recetta: Transf. Conv. Estados dest. Prog. Educ.-Principal

Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto ao Estado.

DESCRIÇÃO

Recetta: Transf Conv Est dest Prog Inf-Est. Transp-Principal

Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto ao Estado.

DESCRIÇÃO

Recetta: Transferencias Convenio Estados Dest. Prog. FEAS

Projeção de receitas para o triênio, com base na expectativa de arrecadação de convênios firmados junto ao Estado.

DESCRIÇÃO

15



MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III	ESPECIFICAÇÃO	2019		2020		2021		2022		2023		2024		Valores em R\$1,00
			%		%		%		%		%		%	
	DESPESAS CORRENTES (I)	14.246.391,26	14,00	16.240.471,32	27,16	20.652.100,00	20.000.000,00	-3,16	20.805.000,00	4,03	20.744.000,00	-0,29	20.744.000,00	
	Pessoal e Encargos Sociais	8.360.721,45	2,49	8.568.804,44	24,41	10.660.100,00	8.945.000,00	-16,09	8.950.000,00	0,06	8.950.000,00	0,00	8.950.000,00	
	Juros e Encargos da Dívida	0,00	-100,00	0,00	-100,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
	Outras Despesas Correntes	5.885.669,81	30,34	7.671.666,88	30,18	9.987.000,00	11.050.000,00	10,64	11.850.000,00	7,24	11.789.000,00	-0,51	11.789.000,00	
	DESPESAS DE CAPITAL (II)	2.482.145,08	50,53	3.736.397,79	50,53	9.526.000,00	7.990.000,00	-16,12	8.095.000,00	1,31	9.095.000,00	12,35	9.095.000,00	
	Investimentos	2.407.426,99	52,98	3.682.941,00	52,98	9.449.000,00	7.900.000,00	-16,39	8.000.000,00	1,27	9.000.000,00	12,50	9.000.000,00	
	Inversões Financeiras	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	
	Amortização de Dívida	74.718,09	-28,46	53.456,79	44,04	77.000,00	90.000,00	16,88	95.000,00	5,56	95.000,00	0,00	95.000,00	
	RESERVAS (III)	0,00	-100,00	0,00	-100,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
	Reserva de Contingência	0,00	-100,00	0,00	-100,00	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	
	Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	
	DESPESA TOTAL	16.728.536,34	19,42	19.976.869,11	51,12	30.188.100,00	28.000.000,00	-7,25	28.910.000,00	3,25	29.849.000,00	3,25	29.849.000,00	

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'AGUA

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRIÇÃO

As despesas com Despesa com Juros e Encargos foram previstas para 2022, 2023 e 2024 tendo em vista a média de gastos dos anos anteriores e a projeção para estes exercícios.

17



MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRIÇÃO
As despesas com Despesas com Amortização de Dívida foram previstas para 2022, 2023 e 2024 tendo em vista a média de gastos dos anos anteriores e a projeção para estes exercícios.

Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO
As despesas com Pessoal e Encargos Sociais foram previstas para 2022, 2023 e 2024 tendo em vista a média de gastos dos anos anteriores e a projeção para estes exercícios.

Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO
As despesas com Outras Despesas Correntes foram previstas para 2022, 2023 e 2024 tendo em vista a média de gastos dos anos anteriores e a projeção para estes exercícios.

Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO
As despesas com Outras Despesas Correntes foram previstas para 2022, 2023 e 2024 tendo em vista a média de gastos dos anos anteriores e a projeção para estes exercícios.

Descrição: Reservas de Contingência

DESCRIÇÃO
Reserva de contingência.

17

MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$1,00				
	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)					
Receita Tributária	16.416.875,18	19.304.534,26	22.757.600,00	24.763.000,00	25.562.000,00
Receita de Contribuição	440.228,98	484.852,98	608.100,00	727.900,00	747.500,00
Receita Patrimonial	423.263,24	446.696,08	351.000,00	460.000,00	470.000,00
Aplicações Financeiras (II)	67.242,84	75.539,31	61.800,00	68.100,00	73.900,00
Outras Receitas Patrimoniais	67.242,84	74.039,31	61.800,00	68.100,00	73.900,00
Transferências Correntes	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	15.386.522,55	18.287.642,99	21.651.120,00	23.445.348,00	24.201.500,00
Receitas Fiscais Correntes (III) = (I - II)	99.617,57	9.802,90	85.580,00	61.652,00	69.100,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	16.349.632,34	19.230.494,95	22.695.800,00	24.694.900,00	25.488.100,00
Operações de Crédito (V)	2.077.566,39	1.126.712,54	7.430.500,00	3.237.000,00	3.348.000,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	204.000,00	673.800,00	164.000,00	177.000,00	188.000,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI)	1.873.566,39	452.912,54	7.261.500,00	3.060.000,00	3.160.000,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	18.223.198,73	19.683.407,49	29.957.300,00	27.754.900,00	28.648.100,00

17

MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$1,00					
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (X)						
Pessoal e Encargos Sociais	14.246.391,26	16.240.471,32	20.652.100,00	20.000.000,00	20.805.000,00	20.744.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	8.360.721,45	8.568.804,44	10.660.100,00	8.945.000,00	8.950.000,00	8.950.000,00
Outras Despesas Correntes	5.885.669,81	7.671.666,88	9.987.000,00	11.050.000,00	11.850.000,00	11.789.000,00
Despesas Fiscais Correntes (XII) = (X - XI)	14.246.391,26	16.240.471,32	20.647.100,00	19.995.000,00	20.800.000,00	20.739.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)						
Investimentos	2.482.145,08	3.736.397,79	9.526.000,00	7.990.000,00	8.095.000,00	9.095.000,00
Inversões Financeiras	2.407.426,99	3.682.941,00	9.449.000,00	7.900.000,00	8.000.000,00	9.000.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Fiscais de Capital (XV) = (XIII - XIV)	74.718,09	53.456,79	77.000,00	90.000,00	95.000,00	95.000,00
RESERVAS (XVI)						
Reserva Orçamentária do RPPS	2.407.426,99	3.682.941,00	9.449.000,00	7.900.000,00	8.000.000,00	9.000.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	16.653.818,25	19.923.412,32	30.106.100,00	27.905.000,00	28.810.000,00	29.749.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	1.569.380,48	-240.004,83	-148.800,00	-150.100,00	-161.900,00	-161.900,00

17



MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'AGUA
Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário

DESCRIÇÃO

As informações referentes às receitas e despesas foram extraídas do anexo de metas fiscais do período. O cálculo de metas do resultado primário obedeceu a metodologia estabelecida pelo Governo Federal através das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional relativas à Contabilidade Pública.

DESCRIÇÃO

1-7

MUNICÍPIO DE PINGO D'AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRf, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	50.000,00	40.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
DEDUÇÕES (II)	105.000,00	405.000,00	605.000,00	905.000,00	1.105.000,00	1.205.000,00
Ativo Disponível	200.000,00	500.000,00	700.000,00	1.000.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
Haveres Financeiros	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-55.000,00	-365.000,00	-575.000,00	-875.000,00	-1.075.000,00	-1.175.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-65.000,00	-375.000,00	-585.000,00	-885.000,00	-1.085.000,00	-1.185.000,00
RESULTADO NOMINAL	-97.000,00	-310.000,00	-210.000,00	-300.000,00	-200.000,00	-100.000,00

Valores em R\$1,00

17

MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'ÁGUA
Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal

DESCRIÇÃO

O Resultado Nominal é obtido comparando-se o saldo da dívida atual em relação ao saldo da dívida anterior, ou seja, sua evolução em espaço de tempo.
- Se a dívida atual é menor que a anterior temos um resultado nominal com valores negativos, ou seja, a dívida reduziu;
- Se a dívida atual é maior que a anterior temos um resultado nominal com valores positivos, ou seja, a dívida consolidada aumentou.
É importante frisar que o resultado da dívida consolidada negativo ou positivo não expressa Irregularidade. Para manter essa dívida dentro dos limites legais, é preciso que fique sempre abaixo de 1,2 da receita corrente líquida.

DESCRIÇÃO

17

MUNICÍPIO DE PINGO D AGUA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2022
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
 DEMONSTRATIVO 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	Realizado - 2019	Realizado - 2020	Previsto - 2021	Previsto - 2022	Previsto - 2023	Previsto - 2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	17.720,29	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
DEDUÇÕES (II)	2.744.935,28	3.229.619,28	605.000,00	905.000,00	1.105.000,00	1.205.000,00
Ativo Disponível	3.252.035,16	3.451.782,65	700.000,00	1.000.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
Haveres Financeiros	33.224,36	8.196,41	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	540.324,24	230.359,78	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.727.214,99	-3.229.619,28	-575.000,00	-875.000,00	-1.075.000,00	-1.175.000,00

Valores em R\$1,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINGO D'AGUA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

Para projeção do saldo do montante da dívida foi considerado os contratos em execução, sua atualização e amortização.

/-/

Índice Geral

Relatório	Página
Mensagem da LDO	3
Projeto de Lei da LDO	7
Anexo - Demonstrativo das Metas Anuais	19
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	20
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	21
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	22
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	23
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	24
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	26
Demonstrativo 10 - Total das Receitas e Memória de Cálculo	30
Demonstrativo 11 - Total das Despesas e Memória de Cálculo	41
Demonstrativo 12 - Resultado Primário e Memória de Cálculo	43
Demonstrativo 13 - Resultado Nominal e Memória de Cálculo	46
Demonstrativo 14 - Montante da Dívida e Memória de Cálculo	48

15